

## GRUPOS ESCOLARES E REGIÃO: CONCRETIZAÇÕES E OBSTÁCULOS À POLÍTICA EDUCACIONAL MINEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Jose Carlos Souza **Araujo** – UNIUBE e UFU

Podem a pedagogia e a didática, pensadas e operacionalizadas para constituir o interior da escola, ser resultado de uma construção intra-escolar e para a escola, mas suas finalidades são forjadoras do futuro dos educandos que pela escola circulam. E tal forjamento não é isento da dimensão social. Antes de ser uma exigência escolar, ou mesmo de caráter individual, a escolarização é uma exigência de caráter sócio-cultural.

Nesse sentido, as relações entre escola e sociedade - traduzidas pelas finalidades sociais projetadas e ou exigidas, pelas demandas sociais que se constituem na trama da história, pela capacidade, potencialidade e efetividade das políticas públicas, pelo enfrentamento da escolarização da sociedade, pelas conexões com a sociedade a que serve – constituem o palco da própria escola, ainda que a dimensão intra-escolar tenha o seu lugar. Nesse artigo, trata-se de um exercício de exteriorização da instituição escolar, como parte da totalidade social e expressão de sua interdependência para com a mesma.

Se o interior da escola pode e deve ser desvendado e destrinchado pela pesquisa científico-educacional, visando-se os sujeitos e as suas circunstâncias no interior da escola, cabe também buscar o seu sentido social, instância esta capaz de torná-la exterior a si mesma. Em suma, a escola se reconhece pelas suas finalidades sociais, instância que enfeixa as dimensões vinculadas aos objetivos educacionais, aos programas, aos currículos, às metodologias de ensino, às tecnologias educativas e ao processo de avaliação.

Estruturalmente, este estudo implica em quatro aspectos conjugados entre si, os quais compõem os subtítulos deste estudo: a) Os grupos escolares em Minas Gerais segundo e a partir da Reforma João Pinheiro de 1906; b) A região do Triângulo Mineiro (TM) no que toca à efetivação dos grupos escolares; c) Correlações entre a emergência dos grupos escolares no TM e os dados censitários de 1920; d) Considerações finais.

Dois marcos estão a balizar este estudo: o primeiro se refere às expressões político-educacionais, de âmbito estadual, e de caráter público-estatal, no período da Primeira República, posto que no decorrer dos anos de 1890, as unidades federativas de São Paulo (1893), do Rio de Janeiro (1897) e do Pará (1899) fizeram irromper os grupos escolares, acompanhados nos anos de 1900 pelo Paraná (1903), Maranhão (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte (1908), Espírito Santo (1908), Mato Grosso (1910),

Piauí (1910); e na segunda década do século XX pelos estados de Santa Catarina (1911), Sergipe (1911), Bahia (1913), o Território do Acre (1915), Paraíba (1916) e Goiás (1918)<sup>1</sup>.

O segundo marco, dado que o objeto deste é uma região mineira, configura-se pela instauração da política educacional mineira em torno dos grupos escolares a partir de 1906, enquanto esteve associada aos ideais republicanos expressos em relação à escolarização. Particularmente, em Minas Gerais, tal demarcação ocorreu pela *Lei n° 439* de 28 de setembro de 1906, e pelo *Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais*, expresso através do decreto n° 1960, de 16 de dezembro de 1906, do Estado de Minas Gerais.

Por conseguinte, a instauração das referidas políticas educacionais estaduais deve ser assumida como um fenômeno escolar que veio ganhando amplitude nacional no decorrer das primeiras décadas republicanas, apesar dos vinte e nove anos que separam, por exemplo, a reforma paulista (1893) da reforma piauiense, que efetivamente se realiza com a instalação do primeiro grupo escolar em 1922, embora a legislação pertinente seja de 1910. Nesse sentido, de um lado, expressam-se através dos referidos grupos escolares, uma particular concepção sobre a escola graduada e sobre as relações entre professor e aluno, bem como especificidades de caráter organizativo, pedagógico, metodológico, espacial e arquitetônico, mas tal perspectiva deve ser concebida como um movimento.

#### Os grupos escolares em Minas Gerais segundo a Reforma João Pinheiro

Nessa seção, trata-se de apresentar uma síntese a respeito do Estado de Minas Gerais, o qual põe em circulação em 28/09/1906 a política pública em torno dos grupos escolares. Nesse sentido, tal reforma teve um caráter interveniente, mas com o intuito de redirecionar os problemas sociais e educativos percebidos, a fim de construir a escolarização brasileira, e estabelecê-la em outro patamar; os grupos escolares constituíam-se como projeto que explicitava ambições políticas, em sentido geral, de caráter diverso.

A República brasileira ia completar 17 anos quando a política educacional mineira assume, efetivamente, a empreita em torno da escola primária graduada e seriada. João Pinheiro da Silva (1860-1908), que governou o Estado de Minas Gerais entre 07 de setembro de 1906 e 25 de outubro de 1908 (quando veio a falecer), trouxe à luz uma reforma nutrida pelas estatísticas escolares, pelas críticas e pela análise da educação

---

<sup>1</sup> Há ausência de informações, no atual estado da pesquisa, sobre os estados de Alagoas, Amazonas, Ceará e Rio Grande do Sul; no entanto, todos eles em 1922 já contavam com vários grupos escolares instalados.

brasileira, certamente desde os finais do período imperial. Os parâmetros da reforma já estavam mais que esboçados, pois aos vinte e um dias de seu governo, João Pinheiro faz irromper o decreto que estabelece a decisão de ir ao enalço da institucionalização dos grupos escolares.

Em meados de julho de 1908, há menos de três meses de sua morte, através de mensagem ao Congresso Mineiro, afirmava a instrução primária como “[...] essencial ao regime republicano [...], com a atual reforma, [a matrícula escolar] chegou quase a duplicar [...]. Estão funcionando regularmente 22 grupos escolares, em que se acham matriculados 10.090 alunos” (PINHEIRO, 1980, p. 382).

Isso significa, em termos de média, que havia em torno de 458 alunos por grupo escolar. A mesma mensagem manifesta a expectativa de conclusão de muitos prédios escolares em outras municipalidades, os quais “[...] terão a necessária adaptação e [são] provindos principalmente de doações de particulares e das municipalidades [...]. Cumpre, entretanto, assinalar que, das 800 mil crianças do Estado, em idade escolar, a 700.000 não se dá ainda o devido ensino” (PINHEIRO, 1980, p. 382).

Minas Gerais contava então com 04 milhões de habitantes, e conforme dados presentes no próprio *Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas*, de 16 de dezembro de 1906, a escola primária contava com 54.825 alunos, dos quais 21% cursavam escolas particulares. Ou seja: se a demanda perfazia 800.000 crianças, a escolarização pública atendia somente 5,4% da mesma.

Mesmo assim, contava a política pública mineira com a iniciativa particular, além de estimulá-la tendo em vista combater um monstro – uma expressão comum para designar o analfabetismo; e o intuito público-estatal era favorecer preferencialmente as localidades que oferecessem prédios, auxílio em dinheiro, terreno ou materiais de construção. Ou seja, cabia ao município arcar com o ônus, para contar com o bônus, o grupo escolar. Na verdade, estava sendo incentivada e compartilhada uma política pública, centrada numa conjugação de esforços municipais a dar sustentação ao norteamto estadual.

Em síntese, a dimensão político-educacional mineira em apreço se estrutura em torno dos seguintes aspectos: a) o interesse voltado para a coletividade; b) a adesão das municipalidades implicava em ônus financeiros; c) o concurso da iniciativa privada para enfrentar a ignorância da população; d) os limites assumidos a respeito da formação de professores, uma vez que a lei afirmava a incapacidade destes em atender as demandas que a reforma projetava; e) a definição de que tal reforma era uma necessidade pública: daí o

seu caráter de intervenção na redefinição das determinações estruturais e f) a clara explicitação de que a mesma sobreleva-se às outras necessidades públicas.

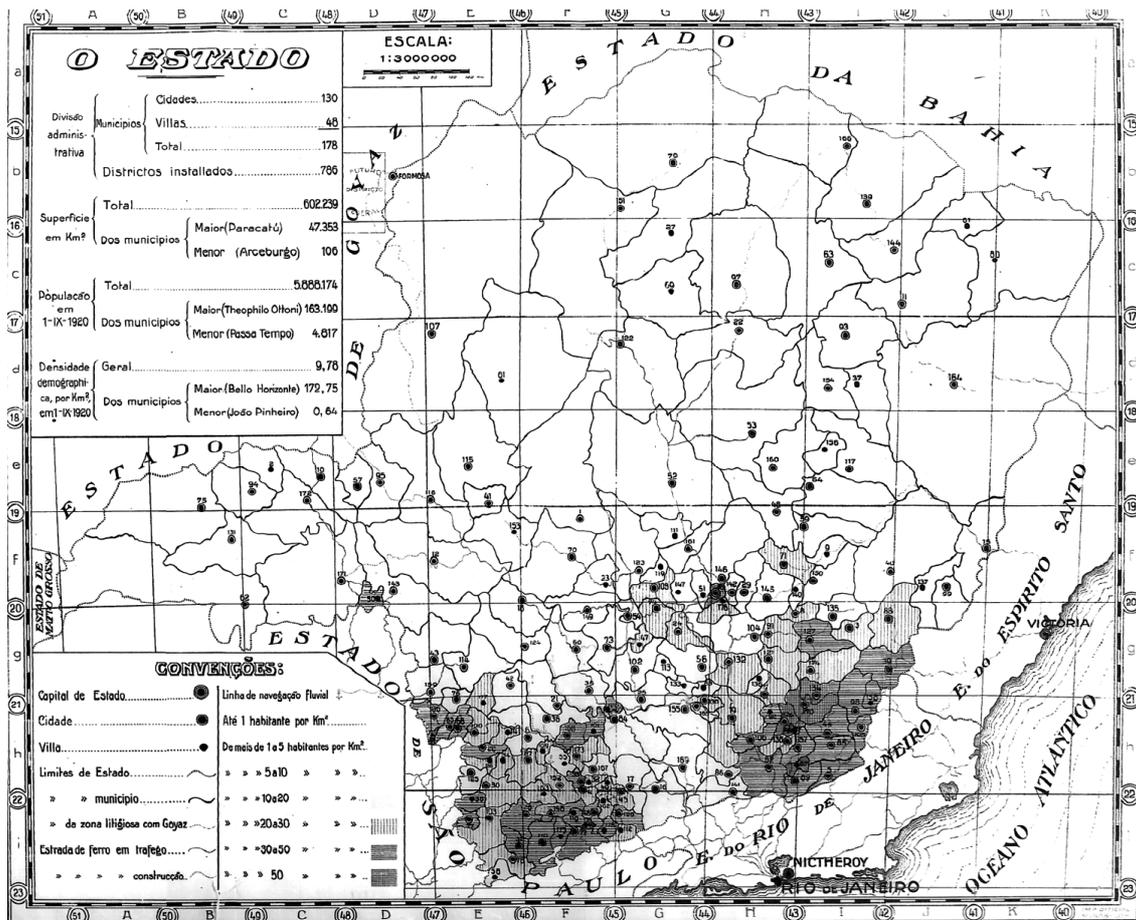
Tomando-se como parâmetro o censo de 1920 para a análise que está estruturada no decorrer desse estudo, cabe, desde já, uma justificativa básica: o referido censo é o que guarda maior proximidade com a data da reforma mineira, bem como as aproximações com o movimento de instalação dos grupos escolares no Estado de Minas Gerais, pelo menos entre 1906 e 1920, ou particularmente em relação à região do Triângulo Mineiro.

No Brasil, os recenseamentos anteriores a 1906 são de 1872 e 1890. Posteriormente a 1920, o mais próximo realizar-se-ia somente em 1940. Nesse sentido, cabe registrar que a falta de dados censitários em 1900, 1910 e 1930 prejudicam significativamente a avaliação das políticas estaduais relativas à institucionalização dos grupos escolares.

Em 1920, conforme dados do recenseamento, Minas Gerais contava com 178 municípios, dos quais 130 eram cidades, e 48 constituíam-se em vilas; segundo o critério de então, levando-se em consideração que os municípios-sede também eram denominados como distritos, perfazia o Estado de Minas Gerais, em 1920, 786 distritos, sendo que 178 eram distritos-sede ou melhor, municípios-sede (para maiores detalhes, cf. a Figura 1 a seguir, à esquerda e ao alto).

FIGURA 1 – ESTADO DE MINAS GERAIS EM 1920





Fonte: MINAS GERAIS, 1924

### O Triângulo Mineiro

“Já é lugar comum dizer-se que as regiões diferem quanto à sua estrutura econômica, sua topografia, o nível e o tipo de atitudes – ou a ausência delas – de sua população em geral e, por último, porém igualmente importante, quanto aos recursos que manejam [...]” (NEAVE, 2001, p. 101). E o Triângulo Mineiro não é diferente, seja pela sua estruturação econômica constituída anteriormente ao período republicano, pela sua geografia, ou pela importância como entreposto estrategicamente situado em vista de suas relações com os Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso.

Metaforicamente, ela constitui o “nariz” do Estado de Minas Gerais, e a sudoeste do mesmo. Ela já foi paulista, quando pertenceu à Capitania de São Paulo até 1720, depois foi goiana, quando pertenceu à Capitania de Goiás até 1816, ano em que passou a pertencer à Capitania de Minas Gerais. Nesse sentido, as regiões podem ser concebidas como “[...] sub-unidades administrativas de um estado. Sem dúvida, há áreas de semelhança

geográfica e topográfica, econômica e lingüística que se estendem para além das fronteiras políticas” (NEAVE, 2001, p. 102).

Historicamente, os municípios da região em apreço emergem vagarosamente no decorrer do século XIX: em 1850 somavam apenas 04; vinte anos depois, eram 09 municípios; em 1888, ano em que Uberabinha, MG, (futura Uberlândia, a partir de 1929) foi municipalizada, somavam 12; entretanto, em 1923, o número de municípios chegava a 21. Ou seja, a expansão demográfica e urbana de tal região é significativa: de 4 municípios em 1850, chega em 1901 a 13; e entre 1911 e 1923, mais 8 se constituem como municípios.

Aí se ancora e se desenvolve a política educacional assentada na escola graduada, na defesa da escolarização, na luta contra o analfabetismo. Os grupos escolares, por conseguinte, estão correlacionados com o seu desempenho quanto à sua institucionalização no contexto urbano e demográfico de então, além de seu importante papel na configuração da vida municipalista, particularmente no decorrer da Primeira República.

A posição de um brasilianista é lapidar e esclarecedora quanto à síntese que ela representa para o que está aqui sendo analisado, particularmente para a ambientação da Reforma João Pinheiro de 1906: “O Triângulo tomou forma como uma moderna economia agropecuária a partir da década de 1880. Cultural e economicamente, era uma zona nova” (WIRTH, 1982, p. 43). Ou seja, em 1880 eram 09 os municípios para uma região, com 93.500 km<sup>2</sup>, que ultrapassa a área geográfica de Portugal com 92.389 km<sup>2</sup>. Entretanto, em 1923, a mesma área geográfica já contava com 21 municípios.

A compartilhar do desenvolvimento do transporte ferroviário brasileiro, é ao final do século XIX e no início de século XX que três diferentes ferrovias efetivamente entrecortaram a região em apreço: a) primeiramente, a *Estrada de Ferro Mogiana*: em 1889, Uberaba, MG, já se colocava em contato com São Paulo; em 1895, Uberabinha, e em 1896, Araguari, MG, ponto final da referida ferrovia; b) a *Estrada de Ferro Goiás*, em 1912, partindo de Araguari, já cruzava a divisa com o Estado de Goiás; c) e a aquisição da *Estrada de Ferro Oeste de Minas* pela *Estrada de Ferro Goiás*, a partir de Formiga, MG, fez com que parte da região, através de Patrocínio, MG, se ligasse por ferrovia já em 1919 (cf. BORGES, 1990).

Em suma: a região do Triângulo Mineiro é entrecortada por uma ferrovia antes do final do século XIX; e no decorrer da segunda década do século XX, duas ferrovias completam a sua integração, uma em direção a Goiás, e a outra em direção ao Centro de

Minas Gerais. Além disso, essa ferrovia somente alcançará o território goiano nos anos de 1940.

É nesse entrecruzar de ferrovias que a região se insere mais concretamente no capitalismo de então: ao final do século XIX, elas atendiam predominantemente a uma economia agro-exportadora; e nas primeiras décadas do século XX, “[...] passaram a servir também como vias de expansão das relações capitalistas de produção” (BORGES, 1990, p. 11). Nesse sentido, trata-se de uma inserção da região em pauta numa economia capitalista dependente em vista dos centros capitalistas hegemônicos, como é o caso de São Paulo. Ou de outra forma: as ferrovias configuram-se, sem dúvida, como vias de integração da economia regional ao capitalismo em expansão.

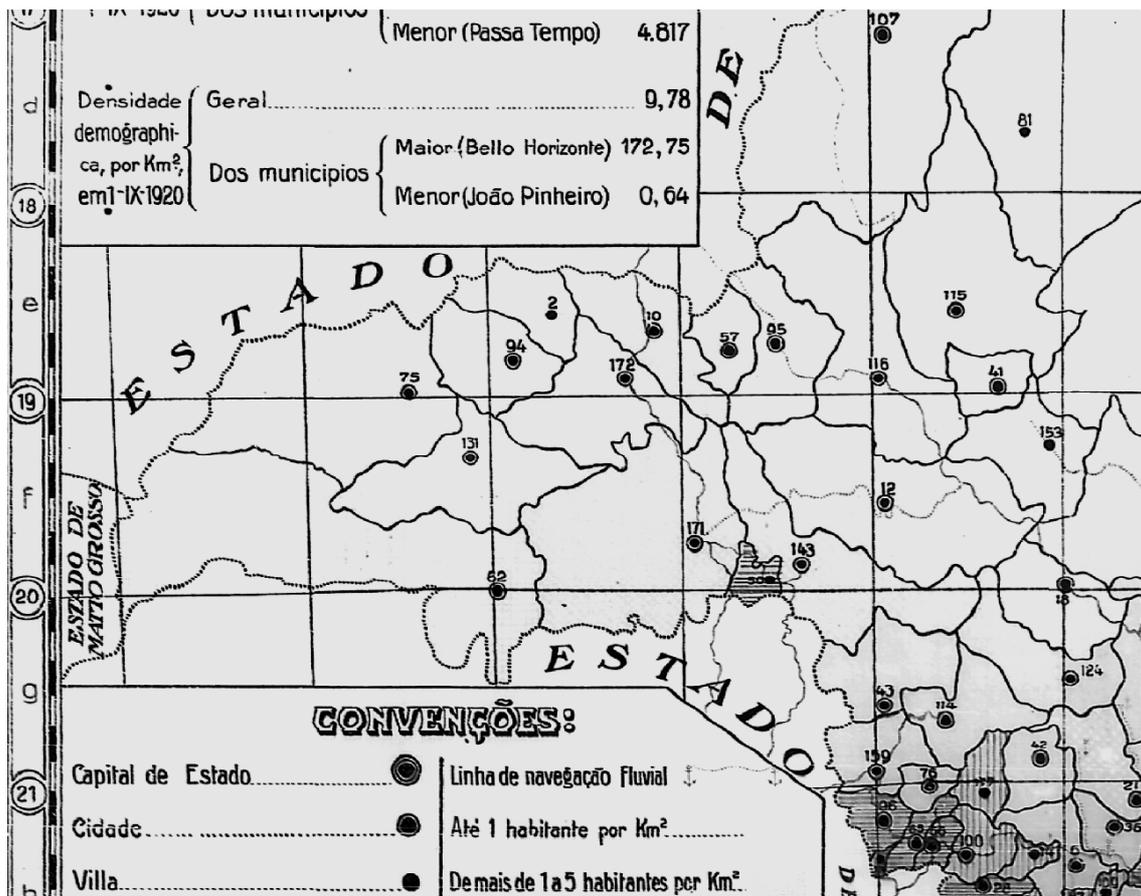
Esclarecedora é a observação de que São Paulo tenha conquistado o mercado nacional de produtos industriais nos anos de 1930. O Triângulo Mineiro tornara-se um dos “[...] satélites comerciais em tal processo de expansão econômica [...], pelos meados dos anos 30 realizava mais de 95% de suas transações comerciais com São Paulo. O domínio paulista, no entanto, já se impusera ali pelo menos 25 anos antes” (LOVE, 1982, p. 81).

Correlatamente, mas não de modo redutivo, e em tal movimento econômico - que abraça as dimensões urbana, agrícola e comercial - é a partir de 1908 que se instalam os primeiros grupos escolares na região do Triângulo Mineiro, movimento que alcançará completude somente nos anos de 1930, entre os 21 municípios constituídos até 1923 (cf. adiante o Quadro 01).

Esse novo pulsar do capitalismo regional – movido pelas ferrovias, pela crescente urbanização sob variados aspectos, pela disseminação da imprensa local, pelo comércio, pela economia agrícola - assentada, entre outros produtos na produção de arroz, de mandioca, de carne, bem como na fabricação de farinha de mandioca - ressalte-se que Araguari é o maior produtor desta em 1920 na referida região -, promoverá um novo alento à escolarização, conferindo-lhe uma impulsão ímpar até então: primeiramente através dos grupos escolares e, associadamente, através da disseminação das escolas normais pela região em várias cidades nos anos de 1920 e de 1930.

Em referência à divisão vigente em 01 de setembro de 1920, o Triângulo Mineiro contava com 17 municípios:

FIGURA 2 - DIVISÃO MUNICIPAL VIGENTE EM 1920 NO TRIÂNGULO MINEIRO



Fonte: MINAS GERAIS, 1924

O quadro a seguir permite uma visualização com relação aos municípios instituídos até o final da Primeira República no Triângulo Mineiro, região a que pertencem. Correlatamente, os dados ainda que incompletos, permitem entrever algumas tendências em relação ao movimento de criação e de instalação dos grupos escolares:

QUADRO 01 – Municípios do Triângulo Mineiro e datas de criação e de instalação dos primeiros grupos escolares

Município	Ano de Municipalização	Data de criação dos grupos escolares	Data de instalação dos grupos escolares	Tempo transcorrido entre a criação e a instalação dos GES <sup>2</sup>
Prata	1848	08/07/1908	28/09/1908	02 meses e 20 dias
Araguari	1882	17/11/1908	17/04/1909	05 meses
Ituiutaba	1901	22/12/1908	21/01/1910	01 ano e 01 mês
Uberaba	1836	29/07/1909	03/10/1909	02 meses e 04 dias
Araxá	1831	19/04/1911	28/09/1911	04 meses e 09 dias
Uberabinha	1888	20/07/1911	01/07/1914	02 anos, 11 meses e 12 dias
Patrocínio	1840	09/01/1912	15/06/1914	02 anos, 05 meses e 07 dias
São Gotardo <sup>3</sup>	1914	01/04/1913	24/02/1920	06 anos, 10 meses e 23 dias
Frutal	1885	01/04/1913	15/02/1924	10 anos, 10 meses e 14 dias
Carmo do Paranaíba	1876	16/12/1913	01/08/1929	15 anos, 07 meses e 16 dias
Patos de Minas	1866	23/12/1913	04/06/1917	04 anos, 05 meses e 13 dias
Conquista	1911	18/09/1917	1920 <sup>4</sup>	03 anos (estimativa)*
Estrela do Sul	1856	29/07/1921	30/06/1934	12 anos, 11 meses e 01 dia
Tupaciguara	1911	28/01/1922	08/04/1925	03 anos 02 meses e 11 dias
Sacramento	1870	21/02/1922	15/08/1922	06 meses e 15 dias
Monte Alegre de Minas	1870	23/01/1925	01/02/1928	03 anos e 09 dias
Monte Carmelo	1882	05/05/1925	07/09/1926	01 ano, 04 meses e 02 dias
Rio Paranaíba	1923	29/01/1926	24/02/1929	03 anos e 26 dias
Coromandel	1923	22/02/1932	08/08/1932	05 meses e 17 dias
Tiros <sup>5</sup>	1923	22/02/1932	*	*
Ibiá	1923	22/02/1932	01/07/1932	04 meses e 09 dias

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tomando-se como parâmetro a data de criação – um ato de caráter legislativo – dos diferentes grupos escolares, são criados 21 entre 1908 e 1932, sendo 14 os municípios existentes anteriormente à Reforma João Pinheiro de 1906. Dentre os quatro municípios criados em 1923, três tiveram seus grupos escolares criados somente em 1932: é o caso de Coromandel, Tiros e Ibiá. Ressalte-se que Frutal e Estrela do Sul tiveram seus grupos escolares instalados respectivamente depois de mais de 10 e de mais de 12 anos respectivamente; além disso, há outros municípios cujo tempo transcorrido entre a criação e a instalação dos grupos escolares varia entre mais de três anos e mais de seis anos.

Com relação ao interregno entre a criação e a instalação de um grupo escolar, pode-se exemplificar: em Uberabinha, MG, a criação se dera em 20/07/1911 e, quase quatro anos depois, a instalação em 01/07/1914; ou em Estrela do Sul, quase 13 anos se passaram entre a criação e a instalação do primeiro grupo escolar. Todavia, há outros

<sup>2</sup> GES é uma abreviação de Grupos Escolares.

<sup>3</sup> São Gotardo, no momento da criação do grupo escolar, era um distrito, pertencente ao município de Rio Paranaíba.

<sup>4</sup> Há menção, na Mensagem do Presidente de Estado de Minas Gerais, datada de 1921, p. 51, à instalação do grupo escolar de Conquista, MG, em 1920.

<sup>5</sup> Tiros, município criado em 1923, integrava, conforme a divisão administrativa de 1920, o município de Abaetés, MG, associado à região central, e contava então, como distrito, com 10.355 habitantes.

municípios da mesma região que tiveram os seus grupos criados e instalados no mesmo ano, como é o caso de Uberaba, Prata, Araxá, Sacramento e Coromandel.

O Quadro 02 traz uma orientação sinótica mais adequada à visualização sobre possíveis e necessárias correlações entre o nº de municípios em Minas Gerais, as regiões em apreço e o nº de grupos escolares, além de informações demográficas sobre Minas Gerais e sobre o Brasil:

QUADRO 02 – Número de municípios, grupos escolares criados entre 1908 e 1932 e grupos escolares instalados

Estado/região TM	Até 1889	Ate 1910	De 1911 a 1915	De 1916 a 1920	De 1921 a 1925	De 1926 a 1930	Em 1932	Em 1940
Nº de municípios em Minas Gerais	111	* <sup>6</sup>	*	178 (em 1920)	*	*	*	288
Pop. brasileira	14.333.915 (em 1890)	17.433.434 (em 1900)	*	30.635.605 (em 1920)	*		*	41.236.315 (em 1940)
População de MG	3.594.471 (em 1890)	*	*	5.88.174 (em 1920)	*	7.308.530 (em 1928)	*	*
Nº de escolas singulares providas em MG	-	-	-	1.655	-	-	-	-
Nº de grupos escolares instalados em MG	-	-	-	166	-	-	-	-
Pop. TM	212.000 (em 1890)	272.000 (em 1900)	-	485.598 (em 1920)	-	-	-	*
Nº de municípios no TM	14	14	17	17	21	21	21	29
Nº de GEs criados no TM	-	04	06	01	05	02	03	*
Nº de GEs implantados no TM	-	04	03	02	03	03	02 em 1932 e 01 em 1934	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Em atenção ao Quadro 02, observa-se o lento crescimento do número de municípios na região do Triângulo Mineiro em relação ao estado de Minas Gerais; além disso, que se atente para o número de dez grupos escolares criados até 1915, completados posteriormente com mais sete para a década de 1920, e mais três para os anos 1930.

Em acordo com as informações atuais, sob o impulso da Reforma João Pinheiro de 1906, foram instalados 04 grupos escolares até 1910; na década seguinte, entre 1911 e 1920, instalaram-se mais 05; e entre 1921 e 1930, foram instalados mais

<sup>6</sup> Os asteriscos (\*) significam informações incompletas no atual estágio da pesquisa.

06. Ficará, para os anos de 1930, as instalao de mais 03 grupos escolares em municípios constituídos nos anos de 1920, conforme detalhamento no Quadro 01.

A emergência dos grupos escolares no Triângulo Mineiro e os dados censitários de 1920

Com o intuito de apontar possibilidades quanto a estudos de teor monográfico, de caráter local e regional, faz-se necessária, tendo em vista a avaliao sobre a conjuntura demográfica de então - nos municípios e distritos da região em apreço – uma análise que capte o movimento de criao e instalao dos grupos escolares. Nesse sentido, algumas pistas podem ser aventadas a partir dos seguintes dados:

QUADRO 03 – N total de habitantes, particularmente entre 0 e 14 anos dos municípios do TM em 1920

Município	N de habitantes em 1920	N de distritos	Populao do município de 0 a 06 anos	Populao do município de 07 a 14 anos	Data de instalao do GE
Prata	14.800	3	3.559	3.560	28/09/1908
Araguari	27.729	3	6.348	6.264	17/04/1909
Uberaba	59.807	4	13.554	13.285	03/10/1909
Ituiutaba	20.772	0	5.221	4.975	21/01/1910
Araxá	46.866	5	10.923	10.176	28/09/1911
Patrocínio	44.007	5	9.872	10.056	15/06/1914
Frutal	28.549	2	7.042	6.876	15/02/1924
Carmo do Paranaíba	13.109	1	3.217	2.958	0108/1929
Uberabinha	22.956	2	5.400	5.114	01/07/1914
Patos de Minas	64.815	5	15.191	15.085	04/06/1917
Conquista	17.206	2	4.153	3.545	*
Estrela do Sul	16.811	4	3.819	3.770	30/06/1934
Tupaciguara	9.960	2	2.233	2.285	08/04/1925
Sacramento	34.889	4	9.857	8.499	15/08/1922
Monte Alegre de Minas	10.987	1	2.531	2.926	10/02/1928
Monte Carmelo	24.768	4	5.484	6.438	07/09/1926
São Gotardo	30.567	3	7.444	7.312	24/02/1920
Total	488.598	50	115.848	113.124	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informaçoes do Censo de 1920

Torna-se necessário esclarecer que a populao de 0 a 06 anos e de 07 a 14 anos, de cada um dos 17 municípios, abarca têm a populao dos distritos (assumindo-se que os municípios-sede têm o sejam) que perfazem 50. Nesse sentido, há municípios que envolvem até 05 distritos em 1920, como  o caso de Patrocínio e de Patos de Minas. Por conseguinte, não se pode sobrelevar o número de habitantes em período escolarizvel, em nível primário, para cada um dos municípios-sede.

Por conseguinte, para além da dimensão quantitativa, faz-se necessário

ressalvar que a demanda pela escola primária em cada um dos municípios é muito significativa, com base em três exemplos:

- O município de Uberabinha contava em 1920 com uma população de 22.956 habitantes, sendo que 9.514 correspondiam à faixa do 0 (zero) a 14 anos: porém, compunha o município-sede 20.263 habitantes, o que corresponde proporcionalmente – uma vez que não há informações que detalhem isso -, a 9.226 habitantes entre 0 (zero) e 14 anos.
- Outro município, Patos de Minas, contava, em 1920, com 04 distritos populosos: o município-sede possuía 14.658 habitantes; todavia, somando-se a população dos distritos, atingia-se 64.815 habitantes. E o primeiro grupo escolar de Patos de Minas somente foi instalado em 04/06/1917, portanto próximo às informações do censo de 1920.
- Uberaba contava com 18.192 habitantes na faixa do de 0 (zero) a 14 anos em 1920, para um grupo escolar instalado em 1909. O segundo grupo escolar de Uberaba foi criado em 04 de outubro de 1927, porém instalado somente em 1º de julho de 1944, quase dezessete anos depois.

Seguindo-se por esse raciocínio, e levando-se em conta os dados populacionais em cada um dos municípios-sede, e em sua correlação proporcional ao número de crianças entre 0 e 14 anos, tem-se:

QUADRO 04 – População total dos municípios-sede, população de 0 a 14 anos em 1920 correlatas à data de instalação dos grupos escolares

Município	População total dos municípios em 1920	População do município-sede em 1920	Estimativa da população entre 0 e 14 anos em 1920 no município-sede	Data de instalação do 1º grupo escolar	Percentual da população de 0 a 14 anos em relação à população total
Prata	14.800	6.744	3.243	28/09/1908	48,0 %
Araguari	27.729	21.116	9.601	17/04/1909	45,4%
Uberaba	59.807	40.539	18.192	03/10/1909	44,8%
Ituiutaba	20.772	20.772	10.196	21/01/1910	49,0%
Araxá	46.866	21.842	9.832	28/09/1911	45,0%
Patrocínio	44.007	15.966	7.229	15/06/1914	45,2%
Frutal	28.549	18.889	9.208	15/02/1924	48,7%
Carmo do Paranaíba	13.109	13.109	6.175	01/08/1929	47,1%
Uberabinha	22.956	20.263	9.368	01/07/1914	46,2%
Patos de Minas	64815	14.658	6.846	04/06/1917	46,7%
Conquista	17.206	11.203	5.012	1920*	44,7%
Estrela do Sul	16.811	3.546	1.600	30/06/1934	45,1%
Tupaciguara	9.960	8.848	4.518	08/04/1925	51,0%
Sacramento	34.889	25.337	13.330	15/08/1922	52,6
Monte Alegre. de Minas	10.987	10.987	5.457	01/02/1928	49,6%

Monte Carmelo	24.768	18.067	9.895	07/09/1926	54,7%
São Gotardo	30.567	16.036	7.741	24/02/1920	48,2%
N. total de habitantes	488.598	287.922	137.443	-	47,7% (média)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do censo de 1920

O Quadro 05, disposto a seguir, traduz o delineamento populacional por distrito, visando correlacionar com a data de instalação dos respectivos grupos escolares:

QUADRO 05 – População dos municípios-sede e dos respectivos Distritos em 1920 em correlação com a data de instalação dos GEs

Município/Distrito		Nº de distritos	População dos municípios-sede e dos distritos em 1920	Data de instalação do GE nos municípios-sede
<b>Prata</b>	<b>14.800</b>	<b>3</b>	<b>6.744</b>	<b>28/09/1908</b>
Bom Jardim			1.844	-
Rio Verde			6.212	-
<b>Araguari</b>	<b>27.729</b>	<b>3</b>	<b>21.116</b>	<b>17/04/1909</b>
Sant'Anna do Rio das Velhas			3.449	-
Santa Rita dos Barreiros			3.164	-
<b>Uberaba</b>	<b>59.807</b>	<b>4</b>	<b>40.539</b>	<b>03/10/1909</b>
São Miguel do Veríssimo			5.963	-
Conceição das Alagoas			7.127	-
Dores do Campo Formoso			6.178	-
<b>Ituiutaba</b>	<b>20.772</b>	<b>0</b>	<b>20.772</b>	<b>21/01/1910</b>
<b>Araxá</b>	<b>46.866</b>	<b>5</b>	<b>21.842</b>	<b>28/09/1911</b>
São Pedro de Alcântara			5.545	-
N. S. da Conceição			8.334	-
Dores de Santa Juliana			6.637	-
Santo Antonio do Pratinha			4.508	-
<b>Frutal</b>	<b>28.549</b>	<b>2</b>	<b>18.889</b>	<b>15/02/1924</b>
São Francisco de Sales			9.660	-
<b>Carmo do Paranaíba</b>	<b>13.109</b>	<b>1</b>	<b>13.109</b>	<b>01/08/1929</b>
<b>Patrocínio</b>	<b>44.007</b>	<b>5</b>	<b>15.966</b>	<b>15/06/1914</b>
Sant'Ana do Pouso Alegre do Coromandel			10.511	-
Abadia dos Dourados			7.510	-
São Sebastião da Serra do Salitre			7.427	-
Cruzeiro da Fortaleza			2.593	-
<b>Uberabinha</b>	<b>22.956</b>	<b>2</b>	<b>20.263</b>	<b>01/07/1914</b>
Santa Maria			2.693	-
<b>Patos de Minas</b>	<b>64.815</b>	<b>5</b>	<b>14.658</b>	<b>04/06/1917</b>
Santa Rita			19.221	-
Sant'Ana			6.981	-
Dores do Areado			14.635	-
N. S. da Piedade da Lagoa Formosa			9.320	-
<b>Conquista</b>	<b>17.206</b>	<b>2</b>	<b>11.203</b>	<b>*</b>
Jubaí			6.003	-
<b>Estrela do Sul</b>	<b>16.811</b>	<b>4</b>	<b>3.546</b>	<b>30/06/1934</b>
Santa Rita			5.875	-
Rio das Pedras			6.190	-
Doliarina			1.200	-
<b>Tupaciguara</b>	<b>9.960</b>	<b>2</b>	<b>8.848</b>	<b>08/04/1925</b>
Mato Grosso			1.112	-
<b>Sacramento</b>	<b>34.889</b>	<b>4</b>	<b>25.337</b>	<b>15/08/1922</b>
São Miguel da Ponte Nova			3.258	-
N. S. do Desemboque			4.923	-
São João Batista da Serra da Canastra			1.371	-
<b>Monte Alegre de Minas</b>	<b>10.987</b>	<b>1</b>	<b>10.987</b>	<b>10/02/1928</b>
<b>Monte Carmelo</b>	<b>24.768</b>	<b>4</b>	<b>18.067</b>	<b>07/09/1926</b>
N. S. Abadia da Água Suja			2.220	-
São Sebastião da Ponte Nova			2.429	-
Irai			2.052	-
<b>São Gotardo</b>	<b>30.567</b>	<b>3</b>	<b>16.036</b>	<b>24/02/1920</b>
São Francisco das Chagas			11.782	-

São Jerônimo dos Poções			2.749	-
Total de hab. dos distritos	-	<b>50</b>	-	-
Total de hab. da região	-	-	<b>488.598</b>	-
Total de hab. dos municípios-sede	-	-	<b>287.922</b>	-
Total de hab. os distritos	-	-	<b>200.676</b>	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do Censo de 1920

Como se observa nesse quadro, a população de cada um dos municípios-sede, bem como dos distritos, em sentido próprio, é variável, conforme se apresentam sinoticamente nos Quadros 06 e 07:

QUADRO 06 – População dos municípios-sede em 1920 na região do TM

Nº habitantes	Municípios-sede
Até 10.000	Estrela do Sul, Prata e Tupaciguara
Até 15.000	Monte Alegre de Minas, Conquista, Carmo do Paranaíba e Patos de Minas
Até 20.000	Patrocínio, São Gotardo, Monte Carmelo e Frutal
Até 25.000	Uberabinha, Ituiutaba, Araguari, Araxá e Sacramento
Acima de 25.000	Uberaba com mais de 40.000 habitantes

Fonte: Elaboração do autor com base no Censo de 1920

Em relação aos distritos, os grupos escolares na região não chegaram até eles no período da Primeira República. Entretanto, sua situação populacional em 1920 envolve 19 distritos com mais de 5.000 habitantes. É necessário recordar que a população entre 0 e 14 anos soma aproximadamente 50% da população total, o que significam 100.000 habitantes nessa faixa etária:

QUADRO 07 – População dos distritos em 1920 na região do TM

Nº de habitantes	Nº de distritos
Até 3.000	10
De 3.001 a 5.000	5
De 5.001 a 10.000	15
De 10.001 a 15.000	3
De 15.001 20.000	1
<b>Total: 200.676</b>	<b>Total dos distritos: 34</b>
<b>Média de habitantes por distrito</b>	<b>5.902 habitantes</b>

Fonte: Elaboração do autor com base no Censo de 1920

Entretanto, os dados a respeito da população entre 0 (zero) e 14 anos precisam ser assumidos à luz da expectativa de vida de então, correspondente a 33,4 anos em 1910. Por isso, é compreensível que os números atinjam, em relação à população com até 14 anos, a casa próxima dos 50%, quando não a ultrapassam, conforme se notificou

no Quadro 06.

Além disso, é necessário também atentar para o crescimento da população brasileira no período em análise: entre 1900 e 1920, as taxas de crescimento “[...] se encontravam num patamar muito elevado nos dois primeiros decênios (uma taxa de 2,91% ao ano), decaindo imediatamente nas duas décadas seguintes para um nível que se revelou como o mais baixo de todo o século (1,49% anual)” (VALLE E SILVA & BARBOSA, 2003, p. 33).

Cabe aqui ressaltar a correlação com as políticas estaduais em torno dos grupos escolares, instauradas desde a última década do século XIX e no decorrer das duas primeiras décadas do século XX. Tal correlação permite afirmar a associação entre as taxas de crescimento demográfico e a demanda pela escolarização primária, certamente crescente, mas também a pressionar, particularmente, a favor da expansão e da disseminação dos grupos escolares.

Outro aspecto básico a compor a análise é o coeficiente de natalidade, posto que em 1907, por exemplo, a proporção era de 29,5 nascimentos para cada um mil habitantes em Florianópolis; 49,5 em Niterói; e para Belo Horizonte, a taxa era de 43,5. Tais coeficientes de natalidade trazem sustentação aos dados populacionais etários de 0 a 14 anos comentados há pouco, quando atingiram aproximadamente 50% da população total de cada município (cf. Quadro 04).

Acrescente-se ainda outra observação: embora os dados do censo de 1920 sejam considerados superestimados em 10% (cf. VALLE E SILVA & BARBOSA, 2003, p. 31), é necessário também atender às considerações estatísticas, de que entre 1890 e 1940, o crescimento populacional se deveu, em 15%, à imigração. Porém, no tocante a esse aspecto, os dados são irrelevantes no que se referem ao Triângulo Mineiro, posto que o censo de 1920 registra 9.686 estrangeiros, o que não atinge 2% da população da região em apreço.

Procurando concluir

Com o intuito de finalizar, e a um distanciamento maior em relação ao movimento de implantação dos grupos escolares em Minas Gerais no decorrer da Primeira República, as realizações efetivas não podem ser avaliadas sem conferir-lhes significação, desde o ponto de vista de projeto político-educacional público estadual.

Não se pode negar ou mesmo desmerecer o idealismo republicanista brasileiro, nem mesmo os seus norteamentos expressos em torno da questão educacional brasileira, muito menos as realizações efetivamente concretizadas. Segundo John D. Wirth, “[...] praticamente dois terços de todos os mineiros com mais de sete anos ainda eram analfabetos na época da revolução de 1930” (1982, p. 142). Todavia, “[...] quase 80% da população viviam fora das áreas urbanas, de forma que a distância e a dispersão eram problemas básicos (Ibidem, p.142).

Os grupos escolares *criados* até 1930, depois de transcorridos 24 anos após a Reforma João Pinheiro, quando Minas Gerais, administrativamente, se dividia em torno de duas centenas de municípios, esbarram em dados populacionais crescentes do mesmo Estado: de 3.594.471 habitantes em 1900 para 7.308.853 em 1928.

Se os grupos escolares somam 265 em funcionamento - o que consta da *Mensagem* do Presidente do Estado de Minas Gerais datada em 01/08/1930 (ANDRADA, 1930, p. 31) -, o crescimento é muito significativo, se se leva em conta que, em mensagem de 15/07/1908, João Pinheiro comunicava que estavam em funcionamento 22 grupos escolares.

Nessa direção, cabe contemplar um crescimento de 1.200% em 22 anos, a uma média aproximada de 12 grupos escolares por ano. A mesma *Mensagem* registra que, em 1926, havia 182 grupos escolares em funcionamento (ibidem, p. 31), o que implica relativamente na mesma média de 12 grupos escolares ao ano.

Se a população infantil era ou não relativamente atendida pelas escolas isoladas, anteriormente à instauração dos grupos escolares, tal situação perdurou posto que os municípios, aqui colocados no palco, vieram a contar com apenas um grupo escolar, apesar do alto índice de crescimento demográfico, como se procurou demonstrar. Afinal, o coeficiente de natalidade não diminuiu: a população da região em apreço era de 212.000 habitantes em 1890; seis anos antes da Reforma João Pinheiro, em 1900, a população já atingia a casa dos 272.000 habitantes; e em 1920, atingira 488.598 habitantes.

Portanto, a tarefa educacional, de caráter público, tornara-se gigantesca, seja pelo crescimento demográfico, seja pelas altas taxas de analfabetismo, bem como pela incapacidade econômica do Estado em financiar a educação primária graduada. Por conseguinte, o apelo ao municipalismo justifica-se, bem como o apelo à iniciativa privada, enquanto fundamentos concretos e efetivos a sustentar a política estadual.

Com base na estimativa apresentada pelo Quadro 04, tem-se 137.443 habitantes entre 0 e 14 anos nos 18 municípios existentes, levando-se em conta os dados do recenseamento de 1920. Se as cifras, informadas inicialmente, nesse capítulo, são aceitáveis – a de que a média era de 458 alunos por grupo escolar -, tem-se um atendimento pouco significativo em relação à população entre 07 e 14 anos, estimável em 70.000 no ano 1920.

Certamente, a energia do analfabetismo é cinética diante de uma política pública, até certo impotente - leve-se em conta que foi a política pública possível -, seja em nível urbano ou mesmo em nível rural, se se considera o alto percentual da população na zona rural<sup>7</sup> em relação à vida urbana. Se os dados são seguros quanto ao número de habitantes entre 0 a 14 anos, - são 137.443 - conforme o Censo de 1920, 9 eram os grupos escolares instalados até então; entretanto, devem ser levados em conta os dados percentuais em torno dos 20% para a vida urbana (WIRTH, 1982, p. 142). Estes seriam os dados de 1920.

Como ficaria a década seguinte? Retomando: Minas Gerais contava com 3.594.471 habitantes em 1900; mas em 1928, já eram 7.308.853 habitantes. Ou seja, é necessário compreender tais correlações em seu movimento, seja demográfico, seja estatístico-escolar em relação à efetivação de cada um dos grupos escolares da região, seja na permanência e expansão das escolas isoladas, bem como em relação à ação escolarizadora. E ainda mais, tais municípios estavam constituídos somente com um grupo escolar cada um. E o analfabetismo cobria 65% da população, sendo que na zona rural estavam contidos 75% da população.

#### Referências bibliográficas

ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro de. Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Geraes ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 4ª. Sessão ordinária da 10ª. Legislatura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1930, 342 p.

BORGES, Barsanulfo Gomides. O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: CEGRAF, 1990.

LOVE, Joseph. A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de

---

<sup>7</sup> Em termos gerais, a população rural somava 68,8% em 1940, cabendo, por conseguinte, à área urbana apenas 31,2%. Entretanto, o recenseamento de 1920 registra 16% da população na zona urbana, cabendo 84% à zona rural.

Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MINAS GERAIS. *Regulamento da Instrução Primaria e Normal do Estado de Minas*. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906.

\_\_\_\_\_. Lei n° 439 de 28 de setembro de 1906.

\_\_\_\_\_. Decreto n° 1947 de 30 de setembro de 1906.

\_\_\_\_\_. *Programma do Ensino Publico Primario no Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1907.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Minas segundo o recenseamento de 1920. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.

NEAVE, Guy. *Educación superior: historia y política: estudios comprativos sobre la universidad contemporánea*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2001.

PINHEIRO, João. *Idéias políticas de João Pinheiro*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

VALLE E SILVA, Nelson do & BARBOSA, Maria Lúcia de O. População e estatísticas vitais. In IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003, p. 29-57.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.